



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA PLENA EM
GEOGRAFIA

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

OS SERTÕES QUE COMUNGAM DA FÉ E DA LUTA:
a Pastoral da Juventude Rural na Diocese de Crateús-Ceará

FORTALEZA

2023

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

**OS SERTÕES QUE COMUNGAM DA FÉ E DA LUTA:
a Pastoral da Juventude Rural na Diocese de Crateús-Ceará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia, do Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S698s Sousa, Álda Santos de.
Os sertões que comungam da fé e da luta : a pastoral da juventude rural na diocese de Crateús-Ceará /
Álda Santos de Sousa. – 2023.
54 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Curso de Geografia, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.
1. Pastoral da Juventude Rural. 2. Campesinato. 3. Religiosidade. 4. Resistência. I. Título.
CDD 910
-

ÁLIDA SANTOS DE SOUSA

**OS SERTÕES QUE COMUNGAM DA FÉ E DA LUTA:
a Pastoral da Juventude Rural na Diocese de Crateús-Ceará**

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Maria Edivani Silva Barbosa
Universidade Federal do Ceará

Antônio Gilvan Gomes Costa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Padre Jefferson Carneiro da Silva
Instituto Salesiano de Filosofia – Recife-PE (ISAF)
Instituto de Teologia do Recife (ITER)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as minhas vitórias pessoais e acadêmicas. Por ter me dado tanto mesmo sem eu merecer nada.

A Jesus de Nazaré, um camponês simples, filho de outros dois camponeses, a Virgem Maria e São José, que são para mim, exemplos de amor, partilha, fraternidade e humildade.

Aos meus santos de devoção, que tiveram suas vidas totalmente doadas para seus irmãos, a maior prova de amor por Deus e pela humanidade. São eles: São Vicente de Paulo, São Francisco de Assis e Santa Clara de Assis.

A minha família, em especial aos meus amados e pacientes pais, Rita e Antonio,

Ao meu querido professor de Geografia do ensino médio Francisco de Assis, obrigada por ter compartilhado comigo um pouco do seu amor pela Geografia por meio de suas aulas de Geografia política, essa conquista também é por sua causa.

Ao meu orientador Professor Amaro Gomes de Alencar. Obrigada pela sua paciência e compreensão, pelos ensinamentos no laboratório e em minha época como monitora de Geografia Agrária. Foi um dos períodos mais gratificantes de minha formação.

Aos meus amigos da graduação, da vida eclesial e de outros espaços, obrigada por tornarem minha vida mais divertida e leve. Em especial a aquela que sempre esteve ao meu lado mesmo nos momentos mais difíceis da graduação: Mariane Lemos Abreu. Também aos demais que muito me ajudaram e ajudam: Thalvanys Duarte e João Gabriel.

A Sociedade de São Vicente de Paulo – SSVP, que desde 2015 deu sentido a minha vida, me fez sentir pertencente e importante nas causas em prol da justiça social.

Aos meus amigos e companheiros da PJR de Crateús, Padre Geu, Ana Sabrina, Soraya Cindy e Antônio Gilvan. Gratidão por terem me ajudado tanto, sem vocês este trabalho não seria possível.

A Professora Maria Edivani Silva Barbosa, por ter me ensinado o papel político do/da professor(a) de Geografia e me conquistar para a docência enquanto sua bolsista e aluna. O mesmo agradecimento para o Professor da FACED Océlio Jackson Braga.

A Professora Maria Alexsandra Muniz e o Professor Dirceu Cadena de Melo. Gratidão pelos ensinamentos durante o período como bolsista e aluna de vocês.

Ao PIBID Geografia, pela oportunidade de me aprofundar nas práticas docentes do ensino de Geografia durante 18 meses.

Ao Beato Antônio Frederico Ozanam e Padre Júlio Lancelloti, por serem exemplos da reivindicação pela caridade e dignidade da pessoa humana.

“Com uma mão a gente dá o pão, e com outra a gente luta” (LANCELOTTI, Padre Júlio, 2021).

RESUMO

Diante do contexto histórico de dominação junto ao poder político da Igreja Católica Apostólica Romana e de sua contribuição com a marginalização de diversos povos, em meados dos anos 1950 surgem os movimentos eclesiais de cunho progressista, como a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esses movimentos têm como alguns objetivos, a tomada de consciência das estruturas de poder e opressão por meio da religião e ação, a organização de trabalhadores camponeses e urbanos com uma metodologia de uma educação popular, aproximar o leigo/a do trabalho pastoral como sujeitos também centrais das práticas eclesiais, aprofundar o pensamento crítico da população com vias de libertação, dentre outros. Com o avançar desse movimento a partir do Concílio Vaticano II que ocorreu de 1961 à 1965, os religiosos e religiosas aliaram-se mais aos leigos e leigas e aos povos oprimidos, marginalizados. A Pastoral da Juventude Rural-PJR, localizada na Diocese de Crateús-CE, objeto de estudo deste artigo é uma dessas instituições, pastorais oriundas dessa opção. Dessa forma, entender a participação da Igreja Católica como instrumento de uma educação libertadora a partir da PJR Diocese de Crateús, Ceará, período de 2000 a 2022. Os objetivos são, geral: discutir através da Pastoral da Juventude Rural a religiosidade camponesa e seu papel de educação libertadora; os objetivos específicos: 1) debater o processo da participação da PJR e da educação popular na formação política da juventude rural ; 2) compreender os métodos educacionais utilizados pela PJR e quais os resultados alcançados no período de 2000 a 2022; 3) analisar as possíveis mudanças na organização territorial, produtiva e de trabalho a partir das ações realizadas da PJR. Para alcançar os objetivos propostos, foi aplicada pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, foram realizados levantamentos da historicidade, suas ações pastorais e sociais atuais. Os resultados mostram avanços na construção dos grupos de base, formação e conhecimentos sobre o campo, sobre os sistemas produtivos, o reconhecimento, identidade e pertencimento da juventude rural como sujeitos históricos e políticos. Nesse contexto, esta monografia reforça que o campesinato está em constante ritmo de mudanças, ora lento, ora rápido, porém, tendo cada vez mais uma base de juventude que não pretende migrar para as cidades e potenciais produtores de uma agricultura alternativa por meio por exemplo, dos Sistemas Agroflorestais implantados.

Palavras-Chave: Pastoral da Juventude Rural, campesinato, religiosidade, resistência.

RESUMEN

Ante el contexto histórico de dominación cerca al poder político de la Iglesia Católica Apostólica Romana y de su contribución con la marginalización de diversos pueblos, a mediados de los años 1950 surgen los movimientos eclesiales de carácter progresista, como la Teología de la Liberación y las "Comunidades Eclesiales de Base (Cebbs)." Esos movimientos tienen como algunos objetivos, la toma de conciencia de las estructuras de poder y opresión por medio de la religión y de la acción, la organización de trabajadores campesinos y urbanos con una metodología de una educación popular, acercar el laico(a) del trabajo pastoral como sujetos también centrales de las prácticas eclesiales, profundizar el pensamiento crítico de la población con vías de liberación, de entre otros. Con el avance de este movimiento a partir del Concilio Vaticano II que ocurrió de 1961 a 1965, los religiosos y religiosas se aliaron más a los laicos y laicas y a los pueblos oprimidos, marginalizados. La "Pastoral de la Juventud rural-PJR", ubicada en la Diócesis de Crateús-CE, objeto de estudio de este artículo es una de estas instituciones pastorales oriunda de esta opción. De esta manera, entender la participación de la Iglesia Católica como instrumento de una educación liberadora a partir de la PJR Diócesis de Crateús, Ceará, periodo de 2000 a 2022. Los objetivos generales son: discutir a través de la "Pastoral de la Juventud Rural" la religiosidad campesina y su papel de educación liberadora; los objetivos específicos: 1) Debatir el proceso de participación de la PJR y de la educación popular en la formación política de la juventud rural; 2) Comprender los métodos educacionales utilizados por la PJR y cuáles los resultados alcanzados en el periodo de 2000 a 2022; 3) Analisar los posibles cambios en la organización territorial productiva y de trabajo a partir de las acciones realizadas por la PJR. Para lograr los objetivos propuestos, fue hecha una investigación bibliográfica, entrevistas semiestructuradas, fueron realizados retiros de historicidad, sus acciones pastorales y sociales actuales. Los resultados mostraban avances en la construcción de los grupos de base, formación y conocimientos sobre el campo, sobre los sistemas productivos, el reconocimiento, identidad y pertenencimiento de la juventud rural como sujetos históricos, políticos. En este contexto, esta monografía refuerza que el campesinato está en constante ritmo de cambios, a veces lento, a veces rápido, sin embargo, teniendo cada vez más una base de juventud que no pretende migrar para las ciudades y potenciales productores de una agricultura alternativa por medio, por ejemplo de los Sistemas Agroflorestales implantados.

Palabras clave: Pastoral de la Juventud Rural, campesinato, religiosidad, resistencia.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Diocese de Crateús – CE	15
Figura 2 - Exemplificação da hierarquia eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana	17
Figura 3 - Post de comemoração dos 100 anos de Raimundo Freire Mourão	31
Figura 4 - XVII Assembleia Diocesana da PJR	41
Figura 5 - III ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DIOCESANA	41
Figura 6 - XXI ASSEMBLEIA DIOCESANA DA PJR	42
Figura 7 - Sistema Agroflorestal-SAF da PJR, município de Independência-CE	43
Figura 8 - Sistema Agroflorestal-SAF da PJR, município de Independência-CE	43
Figura 9 - XIX Assembleia Diocesana da Pastoral da Juventude Rural.....	44
Figura 10 - XX Assembleia Diocesana da PJR... ..	45
Figura 11 - Post de divulgação da Escola de Formação Diocesana Raimundo Freire... ..	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BIA – Bolsa de Iniciação à Docência
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EFA – Escola Família Agrícola
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
GPRs Grupos de Produção e Resistência
IC – Igreja Católica
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
JAC – Juventude Agrária Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LEAT – Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais
LEATE – Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais
LTDA – Sociedade Limitada
MEB – Movimento de Educação de Base
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIBID – Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência
PJMPR – Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
SAF – Sistema Agroflorestal
TL – Teologia da Libertação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA À PJR NOS SERTÕES DE CRATEÚS.....	211
3	PJR, METODOLOGIA E FÉ NA PRÁTICA: no caminhar da libertação.....	277
4	O SER ECLESIAL E SOCIAL: AS LIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA PJR.....	333
5	CONSIDERAÇÕES	
	FINAIS.....	499
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

No meu tempo de ensino básico, não tinha lá muito apreço pela Geografia, porque os moldes escolares eram mostrados como algo decorativo, mecânico e tradicional. No ensino médio, com as aulas de Geografia ministradas pelo prof. Assis, ocorreu uma mudança. Percebi que disciplina não era sobre decorar conceitos e olhar mapas sem refletir. Mesmo com um certo encanto despertado pelas aulas, ainda não me passava pela cabeça cursar Geografia... Afinal de contas, para que iriam me servir esses saberes geográficos?

Em 2017, o frenesi para o ENEM e os vestibulares por livre e espontânea pressão nos faz escolher dentre nossas opções, a que mais temos apreço, ou a menos concorrida. Assim, depois de ter um ano cheio de aulas de Geografia, pois estudava na escola, no cursinho online e até aos sábados. Nesse momento, percebi que a Geografia era o que eu queria, mas, ainda tinha um pequeno entrave: **ser professora**. Essa era outra construção e de uma outra identidade. Uma profissão desafiante. Mesmo assim, coloquei a opção de cursar licenciatura em Geografia. Antes nenhuma das duas, Geografia e ser professora estavam em meus sonhos.

O meu primeiro semestre do curso foi em 2018.1, ainda me era estranho a ideia de ser professora, e acreditava que o ensino poderia ser feito de qualquer jeito. Logo no início das aulas o professor Amaro Gomes da disciplina Geografia da População, convidou nossa turma para conhecer o Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEAT), que um ano mais tarde mudaria seu nome para Laboratório de Estudos Agrários, Territoriais e Educacionais – LEATE. Ao escutar o nome do laboratório, o gosto pela Geografia Humana e assuntos voltados para a questão territorial e de conflitos agrários, me chamou atenção. Portanto, logo no meu primeiro semestre de curso, me inseri nesse laboratório, sendo ele de fundamental importância para minha trajetória. E calorosas são as lembranças deste LEATE antes da pandemia da COVID-19.

Em 2018.2, meu segundo semestre, tornei-me Bolsista de Iniciação Acadêmica com a orientação da professora Maria Edivani Barbosa, esse fato, é até hoje, um ponto crucial para a minha identificação docente. Pois, além da leitura de textos durante os grupos de estudos ofertados pela professora a nós bolsistas, uma de nossas atividades principais (antes da pandemia) era a fazer alguns trabalhos de campo nas escolas municipais e realizar entrevistas com o corpo docente do ensino básico, e, ao mesmo tempo que sou bolsista, iniciam as disciplinas pedagógicas, sendo uma delas, ministrada pelo Professor Jackson Braga (Estudos

Socio-Históricos e Culturais da Educação). No meu primeiro, tenho contato com pensadores, teorias pedagógicas e o papel social, político e acadêmico da docência. Dessa forma, sai desse meu segundo semestre (2019.1) com a certeza de que quero ser professora. Quero ser uma educadora, pois foi um semestre muito marcante.

Por dois anos seguidos, fui bolsista do Programa de Iniciação Acadêmica (BIA), 2018 a 2020. Em 2020, fiz seleção para o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, e fui aprovada para atuar no subprojeto Geografia, na Escola Municipal de Tempo Integral Professor Álvaro Costa, Cais do Porto, Fortaleza-CE. Passei a maioria dos dezoito meses da bolsa atuando online, por conta da pandemia da COVID-19, e mesmo com essas intempéries do ensino remoto emergencial, o PIBID foi um dos espaços formativos de caráter integral, da leitura e atuação contínua. Pois, havia uma preocupação dos supervisores e das coordenadoras conosco, bem como, do reconhecimento de nossos talentos e saberes. Nos meses finais do PIBID retornamos a atuar presencialmente, em todas as nossas atividades.

Em 2020 vendo monitores das disciplinas, e, principalmente, meu antigo monitor de Geomorfologia, nutri uma vontade de ser monitora. Então, pensei em compreender como funcionava uma disciplina acadêmica a partir de outro campo de visão. Assim, no início do ano de 2021 tentei uma bolsa de monitoria, não passei na primeira. Porém, após a reabertura do edital, me candidatei para a de Geografia Agrária, e tive uma das melhores experiências como bolsista da minha graduação. Muitas coisas devo a esse meu período como monitora desta disciplina: a paciência, o zelo com as correções, o compromisso, o respeito com as turmas, a empatia, a descontração, a trama de relações com novas pessoas, e tantos outros atributos.

Não é à toa que descobri meu objeto de estudo sendo monitora de Geografia Agrária, e por meio de uma **“aula roda de conversa”** com o grupo da Pastoral da Juventude Rural (PJR) da Diocese de Crateús-CE, nas pessoas de Padre Géu, Sabrina e Soraya. Nessa roda de conversa discutimos sobre a Festa da Colheita, momento muito importante e festivo na vida da família camponesa. Pois, celebra-se e agradece-se a fartura de uma colheita exitosa. Durante as discussões chamou-me atenção alguns questionamentos: “Por que sempre a Igreja Católica é tão presente nos movimentos camponeses?” “Como a Igreja Católica pode ser um instrumento de educação libertadora para a juventude rural?”.

Mas, essas perguntas não chegaram de repente. Elas surgem com um acúmulo de pensamentos que, antes eram soltos, sem articulações com a fé, religião, espiritualidade e, principalmente, pela minha vivência cristã em um contexto urbano, descontextualizado de tudo e com suas tradições sendo perdidas aos poucos, onde ser cristão muitas vezes passa pelo

preceito de rezar e não agir, não lutar questionar, debater... Enquanto essas percepções vinham, a minha participação na Sociedade de São Vicente de Paulo desde 2015, nunca me fizeram ser uma cristã passiva e acrítica. Com isso, passei a ver como alguns movimentos que trabalham com a militância católica conseguem ser esvaziados no contexto atual.

Então, comecei a pensar o porquê dessa participação da Igreja foi um processo interessante e constante. Quais eram seus interesses em ajudar o Povo do Campo? Qual era o lado prioritário dela até um ou dois séculos atrás? Se ficarmos passivos a esse pensamento de igreja assistencialista, não iremos questionar o porquê disso, e foi justamente o que aconteceu nesse dia. Após essa roda de conversa, participei de algumas reuniões da PJR, foi então que tive a certeza de que esse seria meu tema de Trabalho de Conclusão de Curso, e que sempre esteve comigo e eu não percebia. A minha religiosidade, fé, espiritualidade e atividades da militância vicentina e da PJR, ambas dentro de uma instituição que por vezes surge como algumas contradições, foram de fato, alicerces para o desenvolvimento deste trabalho.

Escolhi a Diocese de Crateús, como recorte espacial e objeto de estudo deste trabalho, a Pastoral da Juventude Rural - PJR, é formada por 13 municípios cearenses, sendo divididos entre as Áreas Norte (Ipueiras, Poranga, Ararendá, Ipaporanga e Nova Russas), Área Centro (Crateús, Tamboril, Novo Oriente, Independência e Monsenhor Tabosa) e Área Sul (Quiterianópolis, Parambu e Tauá).

A sede da Diocese localiza-se no município de Crateús, que serve como um centro polarizador eclesial dessa divisão territorial. Entretanto, esse município também pode ser visualizado como um centro urbano com seus núcleos paroquiais, com maior porcentagem de habitantes Segundo dados do IPECE (2017) Crateús possui 72,30% de sua população no meio urbano, enquanto 27,70% está no rural.

Os outros municípios possuem uma configuração populacional diferente, a exemplo de Independência, sua população urbana é de 44,86% e a rural é de 55,14%; Já Ipaporanga a população urbana significa 36,46% e a rural 63,54%; Parambu, tem 45,05% no urbano e 54,95% rural; Quiterianópolis, 31,65% urbana e 68,35% rural; Ipueiras, urbana 48,49% e rural 51,51%; Ararendá, urbana 46,76% e rural 53,24%. Ou seja, dos 13 municípios, somente Crateús tem um maior percentual de população urbana, nos outros 12 a maior parcela dos habitantes estão habitam no setor rural.

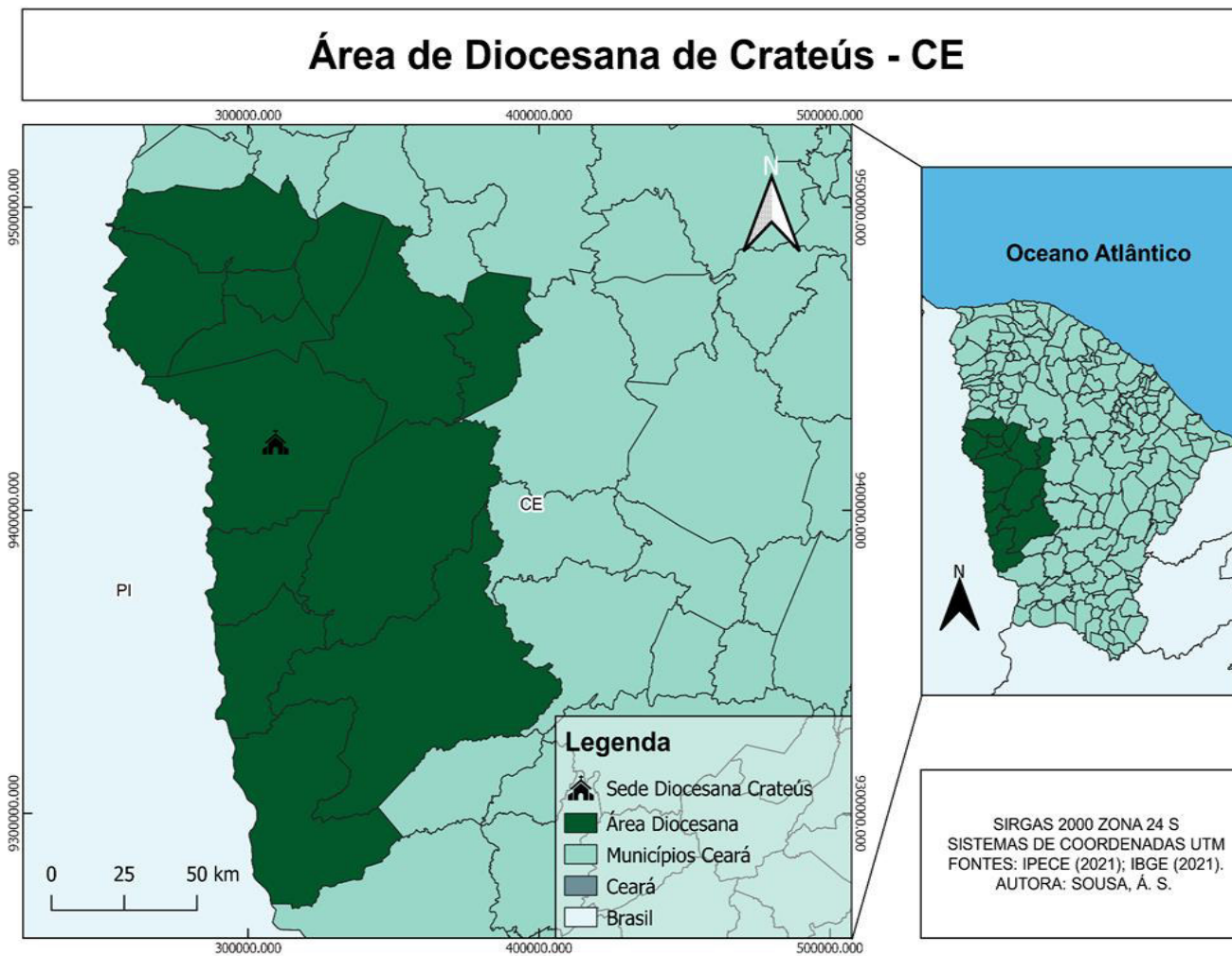
Existem também as cidades com um maior quantitativo de residências urbanas, como é o caso de Monsenhor Tabosa (56,04%), Nova Russas (75,07%), Poranga (64,98%), Tauá (57,90%), Tamboril (55,80%) e Novo Oriente (51,83%) (IPECE, 2017). É perceptível pelos

dados que, quanto maior a população urbana, maior o número de comércio e serviços. Serviços básicos como saúde e educação se encontram em minoria nas porções municipais de caráter rural.

A maioria dos municípios da Diocese de Crateús encontram-se na mesorregião dos Sertões de Crateús, de clima semiárido, com relevos de maciços residuais, depressão sertaneja e áreas que estão inseridas no Planalto da Ibiapaba (Ibidem, 2017).

A Diocese é uma divisão territorial utilizada pela Igreja Católica Apostólica Romana, desde o período de ascensão do Império Romano. Essa divisão inicialmente não era utilizada pela instituição religiosa, mas pelo imperador romano Diocleciano, que governou de 284 a 305, período no qual o império passou por problemas administrativos que ocasionaram em inúmeras guerras civis, Diocleciano institui o sistema de Tetrarquia “A solução desenvolvida por Diocleciano para consolidar sua posição foi o exercício colegiado do poder, a partir da divisão do Império Romano com três outros imperadores.” (MENDES E SILVA, 2008, p. 309).

Figura 1 - Mapa da Diocese de Crateús - CE



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Essa compartimentação do poder acabou gerando pequenas hierarquias que ocasionaram uma outra divisão territorial organizada, principalmente, nos quesitos econômico, social e político. Sabendo que não poderia gerir o Império Romano de forma autônoma, indo além da tetrarquia, a forma criada para essa administração foram as *dioceses* (províncias), que eram geridas pelos *vigários* (administrador da diocese)

Diocleciano inicialmente reduziu o tamanho das províncias e incrementou seu número, agrupando-as em dioceses sob a jurisdição de um *uicarius* (originalmente, um representante do prefeito do pretório), e nomeou vários prefeitos pretorianos, cada um deles responsável por uma grande região do Império. (Ibidem, 2008, p. 312).

A Igreja Católica em plena ascensão, ao ruir do Império Romano, absorve suas organizações administrativas dentro de seu núcleo, e dá a elas um sentido diferente. Pois agora, não é apenas uma divisão para fins políticos e econômicos, mas também, religiosos. E isso torna-se mais forte quando o Império Romano adota o cristianismo como sua religião oficial de Estado, proporcionando seu crescimento. Existem também algumas diferenças de nomenclaturas, pois, no catolicismo, por exemplo, a Diocese (jurisdição territorial eclesial) não é administrada por um vigário, mas por um Bispo.

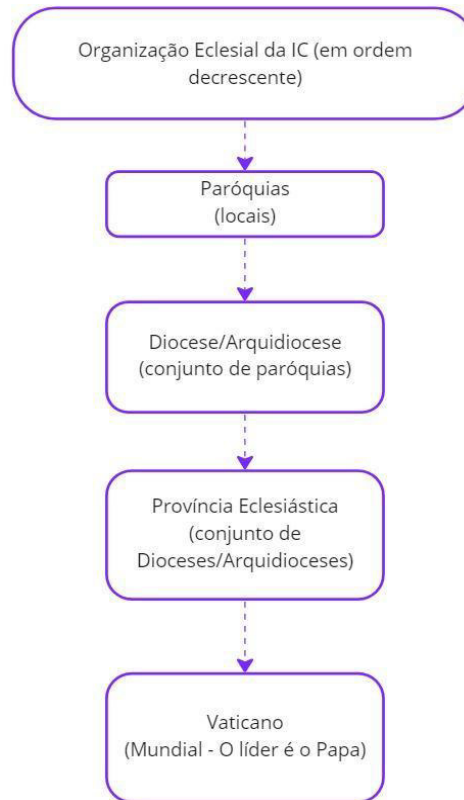
Segundo Rosendahl (1995, p. 57-58)

São inúmeros os exemplos do uso do poder e prestígio dos governos para sustentar sistemas religiosos. Talvez o exemplo de maior significância geográfica tenha sido o estabelecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano. [...], não apenas deu aos líderes da igreja status oficial, fortalecendo a burocratização da igreja, mas também colocou numerosas unidades territoriais em suas mãos. [...], as dioceses, durante o Império Romano eram territórios de propósitos múltiplos, a religião representando uma de suas funções.

Assim, essa divisão territorial eclesial se articula, conforme figura 2, organograma da hierarquia da igreja. Que para além das questões de poder, a religião em suas múltiplas faces é essencial para o entendimento do modo de vida cotidiano da família camponesa e de seu processo histórico de luta, pois a fé, e a espiritualidade são instrumentos de força, esperança e resistências para enfrentar as realidades por meio de suas místicas. Temos nitidamente em nossos territórios nordestino, e no cearense, um grande apego religioso que se concretiza, principalmente, no catolicismo. Uma pesquisa feita pelo Jornal O Povo (2018) com 2.100 pessoas entrevistadas afirma que 66% dos cearenses são de religião católica, 21% de

ramificações evangélicas, 6% ateus e 4% se afirmam religiosos, mas sem participação em uma instituição específica.

Figura 2 - Exemplificação da hierarquia eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana



miro

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Diante dessas perspectivas Geográfica-histórica das formas de organização territorial da cristandade, temos no caso de Crateús um exemplo do que é a educação popular, em que os símbolos são tratados não meramente desassociados do meio em que foram inseridos. Mas, de forma contextualizada, para que sirvam de elementos para reflexões da família camponesa sobre a realidade, do labor por meio da religiosidade, da espiritualidade e ao mesmo tempo encontrem os instrumentos de luta por meio do próprio evangelho, que liberta e resiste.

Os conceitos principais deste trabalho, que darão vazão ao locus da discussão, são: Camponato, Teologia da Libertação e Educação Popular. Estes conceitos trabalhados em conjunto revelam um pouco do cotidiano da família camponesa tanto em seu histórico de lutas, como em seus momentos atuais de expressão de suas religiosidades militantes.

O camponato em seu processo histórico é marcado pelas revoltas dos camponesinos contra os meios de dominação até mesmo antecedentes ao sistema capitalista no qual conhecemos em sua estrutura moderna. Um desses instrumentos de luta, com o passar dos

séculos é a Igreja Católica, mesmo com suas controvérsias, foi aos poucos mudando sua visão relacionada aos assuntos ditos sociais, como a exemplo da posse e uso da terra. Segundo Martins (1985, p. 112) “Já em 1963, a Igreja, que era uma intransigente defensora da propriedade privada, da intocabilidade da propriedade, acaba aceitando, um documento pastoral da CNBB, que afinal não era tão mal que houvessem desapropriações territoriais.”

É importante salientar um pouco da formação do campesinato que, não é exclusividade brasileira, mas inicia o processo no continente europeu, bem aos moldes da Idade Média, em um modelo de exploração que se perpetua similar ao atual. Porém, o camponês brasileiro não segue as mesmas características físicas, culturais e religiosas, sendo difícil se conceituar em termos tradicionais. O camponês brasileiro é fruto de um processo de exploração a partir da ocupação forçada do território, sendo historicamente o camponês, em sua maioria aquele que é descendente de ex-escravizados e indígenas que foram marginalizados principalmente após o processo de libertação do trabalho escravizado em 1888

[...] o conceito de camponês é anterior à sua formação no Brasil, pois tem relação junto à realidade vivida na Idade Média. Já a formação do campesinato brasileiro deu-se na periferia do latifúndio e no interior de uma sociedade escravista. Porém, há significativas diferenças entre a formação dos camponeses no Brasil e na Europa. (SILVA, 2019, p. 47).

Em meio a esse processo de marginalização e avanço do capitalismo no campo, as populações camponesas foram criando aos poucos os seus instrumentos de sobrevivência e resistência, mesmo assim, as grandes corporações avançam território adentro, empurrando e desterritorializando cada vez mais estas comunidades, seja pelo território em si, ou por não acharem mais necessária sua mão de obra “Com o advento da mecanização e da quimificação, pela primeira vez a escala de produção deixou de depender de braços em quantidade, e a maior parte dos camponeses vivendo de forma satelizada à grande produção tornou-se desnecessária, tendo sido expulsa do campo.” (PAULINO, 2008, p. 207).

É aí, depois de muitos séculos que a Igreja começa a se mostrar próxima, sendo ela também presente no cotidiano camponês. Quando se discute o envolvimento eclesial junto ao agrário brasileiro, a dicotomia entre o posicionamento dos movimentos sociais e dos movimentos pastorais e a opinião formal eclesial, vemos que, com a aproximação fajuta da ameaça comunista dos anos 50, a igreja diverge dos movimentos, justamente pela pauta das desapropriações de terras, pois era a favor das posses privadas até um certo momento. A

teologia da libertação será mais bem esmiuçada durante este trabalho, principalmente pela exemplificação de sua prática, mas já de antemão, segundo Leonardo Boff pontua alguns dos objetivos desta teologia e dentre eles

[...] coloca na agenda da discussão questões que interessam ao humano, para além de sua coloração ideológica ou de sua inscrição religiosa. Interessam a todos que não perderam ainda o mínimo de humanidade as questões dos milhões de pobres, da justiça internacional, do futuro da vida dos condenados da terra. (BOFF; BOFF, 2001, p. 141).

Ligando-se a esse envolvimento da Igreja com a questão agrária, temos o fortalecimento da Teologia da libertação em meados da década de 1960 a partir do Concílio Vaticano II e durante o Concílio, houve também o Pacto das Catacumbas, ocorrido em novembro de 1965 nas Catacumbas de Santa Domitila, com o objetivo de selar “o compromisso com uma Igreja servidora dos pobres e empenhada em suas lutas por justiça, dignidade, igualdade e solidariedade”. (BEOZZO, 2015, p. 27-28). O local por si é de fato simbólico, pois ali, por meio de doação de feita aos cristãos por meio de Flavia Domitila (que é Santa), estão localizadas em Roma, e marcam a presença de comunidades cristãs primitivas que puderam de fato ter seu local de culto e de enterro de seus mártires. Cerca de 40 bispos estavam presentes na assinatura do pacto, afim de levarem um vida de humildade e comunhão.

Nesse contexto, esse trabalho estuda a Pastoral da Juventude Rural da Diocese de Crateús, Ceará. Tem como objetivo principal discutir através da Pastoral da Juventude Rural a religiosidade camponesa e seu papel de educação libertadora, no período de 2000 a 2022. E como objetivos secundários: a) Debater a historicidade da participação política da Pastoral da Juventude Rural como instrumento de uma educação popular e libertadora para jovens e adultos na Diocese de Crateús; b) compreender os métodos educacionais utilizados por esse movimento pastoral e quais os resultados alcançados no período de 2000 a 2022;c) estudar as mudanças na organização territorial, produtiva e de trabalho a partir das ações realizadas pela Pastoral da Juventude Rural na Dioceses de Crateús.

Para alcançar esses objetivos utilizei a pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar o contexto de gênese da PJR e seu viés crítico na Igreja Católica que contribuí até os dias atuais com a sua abordagem. Assim, foram analisados trabalhos acadêmicos, livros e sites a fim de descobrir o cenário de sua gênese e principais características de atuação e ideologia. As palavras chaves para a busca dos materiais foram: PJR, juventude camponesa, religiosidade camponesa, pastoral rural.

Em seguida, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participam ativamente desse movimento, que foram: duas jovens militantes (entrevistadas A e B) da PJR, um padre participante da PJR (entrevistado C) e um jovem professor militante da PJR (entrevistado D). Essa interação promoveu um melhor embasamento desta pesquisa, pois, com a fala deles e delas o processo de escrita, bem como, nas argumentações expostas. As entrevistas ocorreram em datas diferentes, não seguindo cronologias, mas de acordo com a disponibilidade do entrevistado e da entrevistadora. A primeira ocorreu em 09/10/2022, tendo um questionário semiestruturado com dezesseis perguntas; a segunda e a terceira no dia 23/10/2022, tendo um questionário de 14 perguntas. A última entrevista ocorreu no dia 05/01/2023 com um questionário de 17 perguntas.

Cada entrevista teve em média uma hora e quarenta minutos de duração, todas seguindo um padrão de questionários semiestruturados, deixando livres os sujeitos afim de haver uma transição não ordenada entre as questões, com apenas alguns direcionamentos. De acordo com Severino (2013, p. 108)

Por meio delas, colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente. De preferência, deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações.

Essa pesquisa possui caráter qualitativo em sua abordagem de análise, pois visualiza o modelo de educação popular da PJR como uma potencialidade dentro do cenário Cearense no quesito de uma formação para além de instituições de ensino formais e modelos urbanos, pois esta trabalha o ponto de vista da espiritualidade camponesa, o pertencimento do sujeito no campo, sua luta e autoestima.

Esse estudo está estruturado em seis partes. A primeira essa introdução. A segunda com o título de DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA À PJR NOS SERTÕES DE CRATEÚS; a terceira PJR, METODOLOGIA E FÉ NA PRÁTICA: no caminhar da libertação; A quarta, diz respeito às suas ações de fato, com o título de O SER ECLESIAL E SOCIAL: as lições e organização da PJR; a quinta com algumas fotos e banners intitulada de FRAGMENTOS DA MEMÓRIA PJR: a práxis camponesa; o sexto tópico desrespeito a conclusão desta monografia.

2 DA AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA À PJR NOS SERTÕES DE CRATEÚS

A PJR é um movimento religioso e social com precedentes geohistóricos. Por isso, relacionam-se alguns movimentos, também, religiosos e sociais que contribuíram para o seu nascimento, formando uma linha temporal (não tão linear) das suas escalas de gênese.

Na década de 1960 surgiram algumas forças geradoras dos movimentos populares católicos a exemplo da Teologia da Libertação, do Pacto das Catacumbas e do Concílio Vaticano II. Em 1968 na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, foram discutidos os problemas dos países latino-americanos, como: a questão das desigualdades sociais e do sofrimento do povo.

A América Latina recebeu essa atenção especial não só pelo seu quantitativo de católicos ou cristãos de outros segmentos, mas, porque sua movimentação política instável, além de prejudicar diretamente as populações, também, fazia com que Igreja perdesse aos poucos seus fiéis, assim, alguns fatores,

[...] que determinaram sua reorientação em relação ao campo [...] adicionaram-se as preocupações que nos chegaram seja através dos organismos internacionais criados no pós-guerra, seja por meio das notícias de mobilizações camponesas em outros países latino-americanos que se manifestaram no início dos anos 50 na revolução boliviana e na reforma agrária guatemalteca, por exemplo. (PAIVA, 1985, p. 15).

A Igreja Católica-IC toma uma posição não apenas de instituição assistencialista, mas também de apaziguadora. Ao mesmo tempo que se preocupava com o êxodo rural, também havia preocupações com as ameaças comunistas do pós-guerra, as revoluções ao longo da América Latina e os governos civil militares que se aglutinavam pela região

Diante desse contexto a IC seguiu o ritmo do cenário político, sendo contra os regimes ditatoriais, da mesma forma, que era contra movimentos comunistas ou socialistas.

Um desses movimentos católicos foi a Ação Católica Brasileira, criado nos anos de 1930, mas é interessante expor que esse grupo não surgiu apenas pelo contexto político, mas sim, em virtude da perda de hegemonia da IC nos séculos XIX e XX, seja por motivos de avanço da Ciência que questiona alguns temas, como: criacionismo, sexualidade pecaminosa, “fenômenos milagrosos”, costumes conservadores. Alia-se a essas questões a expansão e surgimento das igrejas evangélicas (neopentecostais) que possuem uma doutrina e evangelho diferente em vários aspectos em contraponto a IC.

Num meio onde a palavra arrebatadora dos políticos e dos polemistas e a palavra mais ágil dos jornalistas se acoplavam a imagens para divulgar e proclamar a glória da filosofia e da ciência modernas, a Hierarquia continuava apenas com as palavras soltas das homilias e das pregações ou com a palavra impressa, mas imobilizada pelo saudosismo, a querer convencer os homens de que o mundo moderno era um mal a ser evitado... (MANOEL, 1999, p. 210).

E para continuar mantendo sua posição de influência, prestígio o leigo passa a ter um papel importante dentro da instituição, pois agora ele torna-se, também, instrumento de evangelização. Ao longo do tempo, outros movimentos católicos surgem derivados da Ação Católica Brasileira, muitos baseados nos argumentos da Teoria da Libertação e no Pacto das Catacumbas com esperanças de mudança social, como é o caso da Pastoral da Juventude Rural - PJR.

A Pastoral da Juventude Rural surge em 1983, em escala nacional em 1989 como uma articulação entre as regiões (PJR BRASIL, 2014). O movimento representa uma renovação e resistência de movimentos que precedem sua existência, pois a Ação Católica Brasileira foi extinta em 1967 por denúncias de infiltrações marxistas, bem como os movimentos da Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Universitária Católica - JUC, Juventude Operária Católica - JOC e tantos outros movimentos que foram sufocados pelo Golpe Militar de 1964, mesmo com uma parcela do clero contra os ataques à democracia brasileira.

Na década de 1980, começa período de transição do período da ditadura militar, os pressupostos deste término são diversos, mas, relacionado ao objetivo desta pesquisa (a mobilização da juventude), a construção do Partido dos Trabalhadores - PT, Da Central Única dos Trabalhadores - CUT, do Partido Comunista Brasileiro – PCB, criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, revoltas no campo e revoltas do proletariado urbano; tudo isso também contribuiu para o movimento de abertura da política brasileira.

Em 1983, ainda não existia a sigla PJR, mas a sua gênese se deu justamente do seio de dois movimentos, com a Pastoral da Juventude do Meio Rural – PJMR no Rio Grande do Sul, e no Nordeste com a Pastoral da Juventude do Meio Popular PJMP – em Recife – PE, que em 1982 foi questionada a sigla da PJMP, pois pela grande participação dos jovens rurais, era necessário haver uma pastoral específica para a sua identidade (PJR BRASIL, 2014, p. 40). Também é importante destacar que a criação da PJMP estavam presentes, também, ex-militantes da Ação Católica Brasileira.

Inicialmente essas duas pastorais não se articulavam entre si, somente, após alguns anos tomam conhecimento de seus trabalhos pela explosão da valorização da juventude pela IC. Em

1984 a PJMR adota a sigla PJR, no nordeste a Bahia adota a sigla já em 1985, o restante dos estados nordestinos adotam a sigla apenas nos anos de 1999 e 2000.

No território cearense, antes do nascimento da PJR-CE, deve-se levar em consideração um acontecimento imprescindível para o seu nascimento pastoral e o germinar de outros movimentos a criação da Diocese de Crateús em 1964 que, tem como primeiro Bispo Dom Antônio Batista Fragoso, O Dom Fragoso, ou simplesmente Dom.

Alimentado pelas ideias do Concílio Vaticano II (1962-65), Dom Fragoso leva consigo a pauta de uma igreja com a opção preferencial pelos pobres, marginalizados, excluídos, prostitutas, entre outros. Sua origem camponesa dos sertões da Paraíba contribui para o seu reconhecimento naqueles em que encontrou na Diocese de Crateús, de maioria agricultores camponeses e analfabetos, sem uma maior representação, calejados pelas opressões e pela concentração de terras, tendo que submeter-se aos abusos das famílias latifundiárias.

Além de sua origem, seu percurso enquanto jovem foi marcado por participações políticas na JOC entre os anos de 1943 a 1957, pelas semelhanças da Pedagogia Jocista com a Pedagogia de Paulo Freire (CHAVES, 2008). E o que mais lhe chama atenção nesse movimento da juventude é o espírito da partilha, é o espírito de uma rede de comunidade, em plena comunhão.

A sua Pedagogia de Libertação e Emancipação entra em conflito com as Pedagogias opressoras e autoritárias encontradas na recém-criada diocese. O quadro de dominação latifundiária, paternalismo e clientelista aparece à sua frente não como algo positivo, pois sabia que os tentáculos dos males do coronelismo assolavam a população com seus direitos limitados e em estado de esquecimento da máquina pública. Em sua posse como bispo (1964), a tentativa de troca de favores aconteceu por meio da doação de bens materiais, apertos saudosos de mãos e terras. A hierarquia estava sempre a trabalhar pela manutenção de seus alicerces.

Para pôr em prática a Teologia da Libertação, Dom Fragoso age justamente no cerne da educação cristã: a catequese. Além da catequese, também ajuda a construir na diocese o Movimento de Educação de Base – MEB, (criado em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos – CNBB) com parceria direta à presidência da república, tendo como objetivo a alfabetização, sindicalização e conscientização política do/da camponês/camponesa. Se utilizando de uma pedagogia Freiriana

As ações do MEB em Crateús primavam pela inserção popular não apenas da dimensão de aprendizado dos códigos linguísticos básicos ou na mera alfabetização que levaria os participantes a decodificarem as palavras e não compreenderem o seu

significado e como deveriam auxiliar na compreensão de si mesmo, do mundo e da realidade que o cercava. Eram atividades que contribuíam para uma educação política onde as massas, principalmente de agricultores, pudessem interferir e gerir o processo decisório de suas relações de produção e políticas. (CHAVES, 2008, p. 100).

O MEB também priorizava que os camponeses soubessem o que estava havendo diante de si, o contexto político, a economia, os novos projetos de governo; e tudo isso por meio de leituras de jornais, revistas e pela própria rádio. As rádios em sua maioria eram católicas e continham em sua programação o momento para o MEB.

As aulas ou encontros eram ministrados por monitores, que conduziam as aulas e os materiais que seriam utilizados, eles e elas recebiam formações antes de realizar suas práticas, com o intuito de serem atenciosos, acolhedores e críticos em sua prática, pois deve-se ressaltar que as ações desse movimento eram direcionadas para jovens e adultos que passam o dia inteiro em trabalhos pesados que exigiam cem por cento de suas forças físicas, e muitos de idade já avançada, muitos que nunca tiveram contato com uma dinâmica escolar, com as primeiras letras e os números. As semanas catequéticas ocorriam na mesma perspectiva educacional, uma catequese contextualizada.

Em 1971 as atividades do MEB se encerram, neste ano, também, as mortes e perseguições políticas se intensificam na Diocese de Crateús. É importante salientar que, além desses movimentos e essa teologia, Dom Fragoso também incentivava a participação dos trabalhadores rurais em sindicatos e esse incentivo, também, constava em alguns documentos oficiais da Igreja Católica.

Mesmo com as intimidações, suas ações como bispo continuaram, com o propósito de uma Igreja para os pobres, com os pobres e dos pobres. Isso foi um terreno fértil para a PJR-Crateús, além de sabermos por meio de escritos, encontramos também nos relatos feitos por meio das entrevistas realizadas no processo metodológico deste trabalho.

A Comissão Pastoral da Terra Ceará (CPT-CE), criada em 1976, foi fundamental para a construção desse movimento de juventude na diocese, pois sendo um movimento eminentemente de adultos, não possuía uma metodologia que abrangesse a juventude camponesa, conforme a fala da pessoa entrevistada “C”,

Desde 1964, quando começou a Diocese de Crateús, que Dom Fragoso que foi o primeiro bispo da diocese, ele percebeu em 64 que a grande maioria da população do território da diocese, era de agricultores. E ai então, logo ali ele incluiu que essa Igreja diocesana de Crateús precisaria dar atenção a este público que era prioridade. Então, se começou a dar passos na direção dos camponeses e, a preocupação com a juventude que você imagina, né, é dos anos 60, 70, 80... e o êxodo rural era um coisa

violentíssima nessa nossa região; jovens e homens, todos saíam para trabalhar nas grandes cidades e as mulheres e crianças ficavam aqui. Ai então a preocupação pastoral nossa foi passando por aí. “Como a igreja devia favorecer respostas a estes desafios?”

A Pessoa entrevistada C apresenta uma das problemáticas relacionada a organização das famílias camponesas, que se dá além das questões econômicas, se apresenta também por questões de identificação de sua subjetividade e representatividade dentro dos sistemas políticos e até mesmo eclesiais, sistemas estes que detêm poder. Fora desses sistemas, e fincados na base do processo produtivo, o trabalhador não vê oportunidades em sua terra e inicia um movimento pendular.

Continuando os relatos da pessoa entrevistada “C” (2022)

Então, olhe, eu cheguei aqui na diocese em 1990, e naquele período já havia essa articulação de uma forma bem pequena, bem simples da CPT e da PJR, porque a gente começou a organização da CPT, mas ai a PJR vai ser resposta a necessidade dos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras ligados a CPT. Então uma coisa vai favorecendo a outra, uma coisa vai chamando a outra.

Por meio deste relato, está exemplificado a origem desta pastoral em Crateús. A movimentação da juventude começou em meados da década de 1980 com a chegada de Padre Manoel Machado na Paróquia de Ipueiras-CE. Ao serem apresentados a PJR, a juventude dessa região adota sua sigla e seus preceitos no início dos anos 2000

Com a prática que já era desenvolvida nas paróquias da diocese, em 2001, realizou-se a 1ª Assembleia Diocesana de Jovens Rurais, em Morro Agudo, Nova Russas. Em 2002, a 2ª Assembleia Diocesana, em Jaburu, Independência, a partir da experiência e testemunhos de dois jovens vindos da diocese do Crato, que haviam conhecido a PJR e se animavam com o trabalho da pastoral e se articulavam com o nacional. Falaram da sigla, da bandeira, dos objetivos, da missão, da identidade. A partir daí, vendo a semelhança no trabalho desenvolvido, passou-se a adotar a sigla PJR. (COSTA, 2020, p. 29).

Configurando-se agora como Igreja contextualizada e não alienante, esse movimento vai muito além dos preceitos caridosos, mas também parte de interesses da parte do clero em não perder o Povo do Campo, pois de fato a IC “tradicionalmente ela esteve ligada aos grandes proprietários e a seus interesses” (PAIVA, 1985, p. 15). Por isso, não é interessante acreditar que as atitudes clericais se transformaram de repente e cem por cento para o lado camponês ou operário, muito pelo contrário, todo o privilégio que era e é mantido até hoje pela instituição,

se dá pelo fato de suas articulações junto aos sistemas burocratas, burgueses, latifundiários e toda uma classe que detém os meios de produção.

O que se tem a partir deste novo movimento teológico são núcleos de novas abordagens. Essa nova abordagem até os tempos atuais abala as estruturas conservadoras da IC, principalmente com a ascensão do tradicionalismo extremo e a volta dos costumes que exaltam um padrão de distanciamento da realidade, ser alheio a aquilo que acontece, mas ser também politicamente doutrinado por ideias de extrema direita, caracterizadas pela discriminação aos grupos minoritários, a falta de interesse sobre a assuntos voltados para a dignidade da pessoa humana, as mais diversas formas de preconceito como a xenofobia, racismo e homofobia, entre outras caracterizações. A Igreja nessa perspectiva alheia, conservadora, de direita, amplia negação dos direitos humanos e ajuda, algumas vezes, a manter as estruturas de poder.

3 PJR, METODOLOGIA E FÉ NA PRÁTICA: NO CAMINHAR DA LIBERTAÇÃO

O processo de libertação se dá diante de uma metodologia de ação, mas existem elementos que devem ser analisados e explicados antes da metodologia em si, pois estes são os que formam a delimitação dos planos de ação e seus meios. Esses meios transcendem a criação da PJR, pois são os que já eram utilizados na Ação Católica Brasileira, ligados diretamente ao Concílio Vaticano II por meio da Teologia da Libertação.

De acordo com o Dicionário Online de Português – Dicio (2023), a palavra Teologia detêm diversos significados, dentre eles temos

Ciência ou estudo que se dedica a Deus, às suas características, às suas particularidades e às suas relações estabelecidas com o universo e com o homem; Reunião das normas e princípios que regem uma religião; doutrina; Modo próprio de abordar as questões religiosas.

Dentro do organismo da religião Católica Apostólica Romana existem alguns tipos de teologia, ou seja, formas de apresentar e viver as escrituras sagradas e as tradições e rituais da instituição. Mesmo que não se mostre assim, as teologias representam visões e interpretações sociais e políticas, pois ela é basilar na abordagem e na formação do pensamento daqueles que a seguem, sendo dificilmente não seguida as suas regras e teorias por aqueles que sujeitam-se à sua prática.

Um grupo religioso se apresenta em determinados lugares, realiza uma atividade prática, age politicamente, socialmente e às vezes até moralmente, caso seja uma pessoa conhecedora de sua prática teórica, de acordo com sua teologia, com seu modo de ser cristão/cristã, além disso, essa questão recai quase que totalmente em seu modo de interpretação do evangelho. Ou seja, o agir de um sujeito teologicamente consciente pode interferir desde de atos simples de caridade, passando pelo compromisso político, até a escolha de candidatos a cargos públicos e à exposição de preconceitos extremos.

E dentre as doutrinas da Igreja Católica, temos a Teologia da Libertação - TL. É importante destacar que quando se tratam de movimentos latino-americanos progressistas de caráter cristão, é necessário conceituar esse conjunto de normas, pois elas se diferem em muitos aspectos com os dos setores mais conservadores da IC. Segundo Guimarães e Lanza (s/d p. 1)

A Teologia da Libertação é o resultado do processo histórico, político, social e econômico que aconteceram especialmente na América Latina, vinculado de certa

forma a alguns pensadores e religiosos (principalmente dentro da Igreja Católica) que puderam contribuir para a elaboração de uma nova teologia que tivesse uma maior contextualização com o continente latino-americano.

Sendo assim, criada pensando na América Latina e em seus problemas, que fervilhavam, como era de costume por conta do seu processo contínuo de exploração, a TL traz uma ideia do leigo no centro como agente que pode ajudar a mudar a sua e diversas realidades, envolvendo-se nas lutas a favor de seus direitos. No momento em que é aceita essa proposta de teologia, a Igreja sai de sua zona de conforto e passa a ser uma instituição que deve prezar pelas classes marginalizadas e excluídas, assim como foi o povo de Deus e a figura histórica de Jesus de Nazaré.

Segundo Leonardo Boff (1976, p. 27-28)

A teologia da libertação não nasceu voluntaristicamente. Constitui-se como um momento de um processo maior e de tomada de consciência característica dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irrompeu agudamente na consciência colectiva e produziu uma virada histórica.

E continua a reflexão sobre o território latino...

A América Latina constitui hoje um lugar teológico privilegiado para a acção e a reflexão porque aqui se vivem problemas candentes, verdadeiros desafios para a fé. É o único continente de cristandade colonial, com todas as consequências culturais, políticas, económicas e religiosas, que sobrevivem até nossos dias. (IBIDEM, 1976, p. 28).

Com a ascensão da Teologia da Libertação no território brasileiro, as pastorais e movimentos sociais que tinham e têm a premissa de trabalhar com pobre, por justiça, dignidade da pessoa humana surgem ou ganham visibilidade e espaço na cristandade os movimentos ligados a pessoas em situação de rua, a Sociedade de São Vicente de Paulo, Cáritas Diocesanas, CPT, pastorais da juventude, as Comunidades Eclesiais de Base, entre outros.

Um exemplo bem simbólico de Teologia da Libertação e metodologia popular são as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que surgem nos anos de 1960. Configuram-se como grupos cristãos que se reúnem em áreas urbanas ou rurais, com vistas a discutir sua fé e os seus problemas cotidianos, seja na escala de ruas, bairros, ou cidades, estados e país. É uma organização comunitária que segue a prática libertadora, pois cria em seus membros o senso crítico da leitura do evangelho.

Segundo Frei Betto (1981, p. 17)

São *comunidades*, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São *eclesiais* porque congregadas na igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de *base*, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares) [...].

A organização das CEBs não se dá por meio de lideranças sacerdotais, mas lideranças leigas, que tenham capacidade de colocar em prática a coordenação comunitária do processo. As reuniões podem acontecer nos mais diversos locais “Reunidos num barraco de vila, na casa modesta de um lavrador ou no salão paroquial, os participantes fazem suas orações e cânticos e, em seguida, colocam seus problemas e dificuldades” (BETTO, 1981, p. 29).

São organizações eclesiais porque seguem os ritos, dogmas do cristianismo e são vinculadas à Igreja Católica, e são políticas porque se manifestam, posicionam-se e tomam consciência de sua situação enquanto operariado urbano ou rural. Trabalham com um método que transpassa por alguns outros movimentos, incluindo a PJR. É o método Ver, Julgar e Agir.

Os responsáveis por organizar ou coordenar são os agentes pastorais. Uma das coisas, é que o agente não é o chefe da comunidade, mas sim um animador. O processo de libertação não é de cima para baixo, mas dá vem da base. O papel de orientar o grupo é de auxílio no processo de emancipação. Não se deve ensinar ao camponês seus problemas, ele já os conhece, talvez só não pense criticamente sobre, ou não se sinta segura de pensar sozinho/a, mas, isso acontece porque os meios necessários para isso lhes são negados por um sistema. Isso remete a uma construção coletiva de militância camponesa, seguindo os preceitos da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, assim como o MEB.

O método Ver, Julgar e Agir é ligado diretamente à Teologia da Libertação e a Educação Popular de Freire, vejamos alguns exemplos: O Ver significa expor o problema. Em uma reunião, a comunidade expôs seus problemas cotidianos, que podem ser questões relacionadas a cercas, plantios, a sindicalismos, explorações, violências, trabalho escravo contemporâneo etc. Julgar, o grupo analisa como fazer uma análise crítica e avançar para encaminhamentos, propostas de ações e de trabalhos. É nesta etapa que vemos a figura do Jesus camponês, outro formato de homilia “Como Jesus agiria nessa situação? Como devemos agir nessa situação? Esta segunda parte do método é *sempre* ligada ao Evangelho. Alguém sugere uma passagem do Novo Testamento que, a seu ver, ilumina o tema em discussão” (BETTO, 1981, p. 30). A última

etapa é o Agir, em que as ações devem ser implementadas, através de mutirões, manifestações, ocupações, solidariedade, tudo isso e mais um pouco, é o Agir.

É importante salientar que na análise do método, Frei Betto (1981), afirma que sua prática não se configura num sistema fechado de ver-julgar-agir sistematicamente, pois em sua fórmula é dialético, e acontece a partir das discussões, as ações realizadas. Em seguida, acontece, novamente, o ver-julgar-agir.

Em *Pedagogia do Oprimido* (1974), Paulo Freire discorre sobre a humanização do oprimido, o que vai de acordo com todos os tópicos elencados aqui, e que dão sentido ao método. O sistema capitalista desumaniza as pessoas e as aliena. Ao desumanizar e alienar tornam-se seres que ao seu ver (do capital), são essencialmente um meio, mão de obra, que consegue chegar a um produto e que podem ser facilmente substituíveis

Constatar esta preocupação implica, indiscutivelmente, em reconhecer a desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas como realidade histórica. É também e talvez sobretudo, a partir desta dolorosa constatação, que os homens se perguntam sobre outra viabilidade – a de sua humanização. [...] Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, sêres inconclusos e conscientes de sua inconclusão (p. 30)

A humanização ocorre neste tipo de educação popular e libertadora quando a família camponesa está diante de seus problemas, regados pelo conhecimento da origem de seus males. A constatação de sua humanização, é o conhecimento da sua opressão. “O campesinato é sempre um polo oprimido de qualquer sociedade” (MOURA, 1986, p.10).

Como é característico a Educação Popular tende a não ocorrer em ambientes institucionais, escolas, universidades, institutos técnicos etc. Ela acontece nos grupos religiosos, nas associações de moradores, no assentamento, na comunidade indígena, quilombola, ribeirinha... ocorre onde o sujeito tem sua subjetividade e seu saber como algo importante em nossa educação formal, é difícil pensar em uma formação que não veja os sujeitos como números, onde exista um senso de comunidade e não o de individualidade urbana.

Assim, essa educação não se faz necessariamente com professores formados, mestres ou doutores. Os professores na educação popular podem ser os próprios indivíduos da comunidade

Em suas formas mais conseqüentes, que hoje se recobrem de inúmeras iniciativas em todo o continente, a educação popular apenas gera um primeiro momento de passagem de uma educação para o povo a uma educação que o povo cria. Que ele produz ao transitar — não porque se educa entre educadores, mas porque inclui a educação

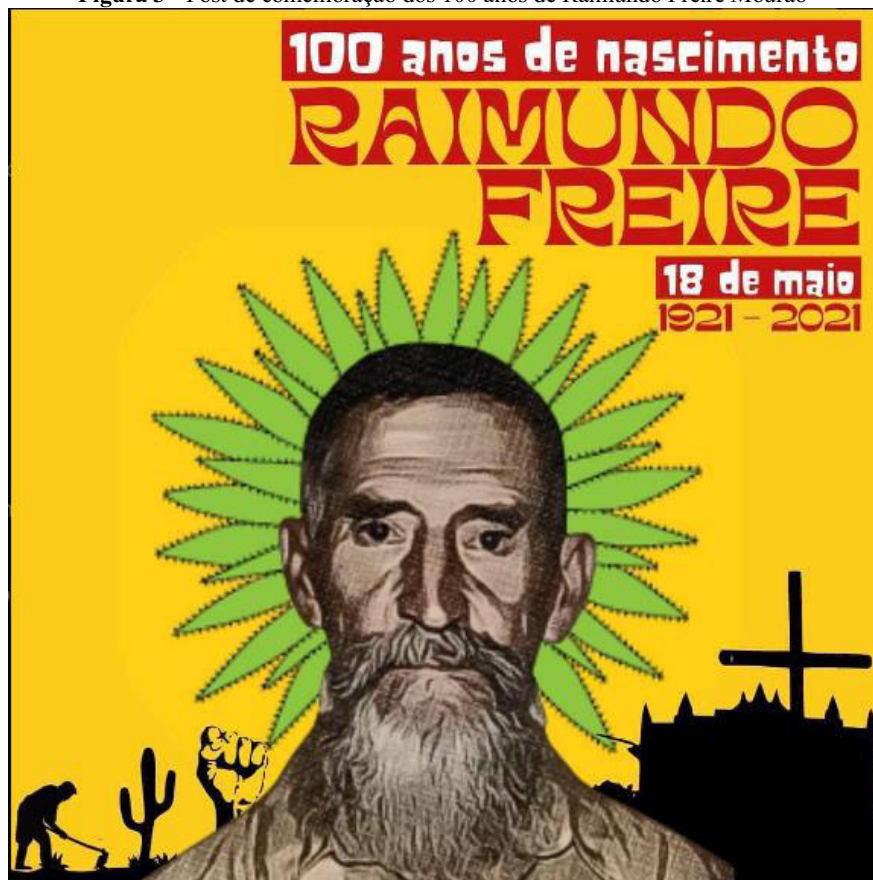
popular no trabalho político que educa a ambos — de sujeito econômico a sujeito político, e ao se reapropriar — tanto tempo depois, tantas histórias depois — de uma educação para fazê-la ser, pouco a pouco, a sua educação: a educação através da qual ele não se veja apenas como um anônimo sujeito da cultura brasileira, mas como um sujeito coletivo da transformação da história e da cultura do país.”. (BRANDÃO, 2017, p.49).

Por isso o modelo de Educação Popular é tão utilizado em comunidades rurais, pois ele valoriza a cultura local e isso facilita a compreensão do que se quer passar, não é uma mensagem vazia, mas contextualizada, que traz para o povo a sua identidade à tona, afinal de contas, mostra-se como é bom ser camponês e estar no campo, viver do campo e todas as coisas que ele pode oferecer longe das amarras urbano-capitalistas. No próximo tópico, todos esses elementos serão vistos na ação prática da PJR, todo o exposto histórico-metodológico repercute em seu cotidiano pastoral, nada é desconectado e sua estrutura segue em uma hierarquia bem delineada pelos jovens do campo.

Os animadores das CEBs são extremamente importantes para que o trabalho pastoral caminhe pelas mãos do próprio povo. Um exemplo de animador da Diocese de Crateús, um dos “pais e mães das CEBs”, foi Raimundo Freire Mourão, nascido em 1921.

Raimundo Freire, trabalhador camponês, envolvido com as questões de luta da sua comunidade, e um homem de fé, buscava, sempre, que o reino prometido fosse construído pelos trabalhadores. Residiu com sua família na comunidade de Olho D’Aguinha dos Freire, município de Ipueiras. Além de animador das CEBs, foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores-PT em seu município. Por ter uma vida minimamente confortável, que se diferencia um pouco dos outros moradores de sua comunidade. Raimundo, geralmente, era procurado para que fizesse empréstimos de dinheiro e doação de comida para aqueles que estavam necessitando.

Figura 3 - Post de comemoração dos 100 anos de Raimundo Freire Mourão



Fonte: Instagram da PJR Ceará, 2021.

Pela sua forte atuação política na Diocese, foi acusado pela ditadura de ser comunista, e com isso, foi preso no dia 11 de Agosto de 1973 pela Polícia Federal. Neste dia, ocorreu no município de Poranga uma reunião dos animadores das comunidades (Crateús, Diocese, 2021). Foi solto no dia 15 de agosto juntamente com outros companheiros camponeses que também haviam sido presos.

Um episódio muito interessante de sua vida é o contato no pequeno livro Pais e Mães das CEBs, escrito pela Diocese de Crateús, que muito diz sobre sua religiosidade e militância. Ao ter na porta de sua casa a Polícia Federal indagando-lhe sobre as supostas armas que o bispo, Dom Frago, havia lhe dado fez a seguinte e sábia ação: “[...] mandou que os homens entrassem e providenciou assento para todos. Pediu para que aguardassem pois iria buscar a arma que o bispo lhe tinha dado. Voltou trazendo a BÍBLIA e disse: AQUI ESTÁ A ARMA QUE O BISPO ME DEU!” (Ibidem, p. 6). E é exatamente desta forma que podemos caracterizar o conjunto consciência crítica, fé e militância.

4 O SER ECLESIAL E SOCIAL: AS LIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DA PJR

A PJR está organizada em cinco esferas. Primeiro, a equipe ou grupos de base - que são os grupos localizados em cada comunidade da diocese, reúnem variados números de jovens, podendo ser 3, 5 ou mais, depende de quantas comunidades existem com PJR ativa. Eles são o alicerce da hierarquia. Segundo, equipe de Organização Regional – formada por grupos de jovens que pertencem a um grupo de comunidades de base. Terceiro grupo, Organização Paroquial - escala de município, a paróquia organiza a rede de regiões. Quarto, Organização ou Coordenação Diocesana - organiza toda a rede de paróquias dos 13 municípios da Diocese de Crateú, que contém PJR. O quinto grupo, PJR Nacional - organização nacional, organiza as PJRs dos estados brasileiros.

A Pessoa entrevistada “A”, comenta sobre a divisão na paróquia em que ela mora:

Por exemplo, a minha região aqui se chama Iapi. No distrito de Iapi são várias comunidades, umas 3 ou 4 comunidades que estão envolvidas na região desse distrito. Depois, a gente tem a organização paroquial, que é o município. Então o município, a paróquia, ela organiza cada região, por exemplo, região de Iapi que a minha está inserida, junta todos os grupos de base daquela região. E aí a paróquia de Independência, que é o município no qual estou inserida organiza a juventude da região de Iapi, da região de Cachoeira do Fogo que já é outra comunidade, outro bloco de comunidades, aí junta a região da Ematuba que é outro distrito, outro bloco de comunidades. (Informação verbal)¹

Todas essas subdivisões possuem seus coordenadores/as que lhes representam em escala regional, paroquial ou municipal, diocesano e nacional. A organicidade é complexa pois não se trata aqui de um grupo religioso que apenas fecha-se para o mundo e espera a providência divina com seus discursos vazios e alienantes ao social, como encontra-se em grupos religiosos, que tendem a serem organizações eclesiais com costumes extremamente tradicionalistas e com interpretações preconceituosas, conservadoras e elitistas.

A PJR possui seus objetivos gerais para que, por meio da oração e ação, consigam conquistar os objetivos do reino de Deus em um sentido do que chamam de *Bem Viver*. Os objetivos são, segundo a coordenação diocesana Crateús-CE (2019, p. 9) “Como parte da Igreja diocesana de Crateús que quer ‘Ser uma Igreja, rede de comunidades, a serviço da vida, sinal e anúncio do Reino, a partir da realidade dos excluídos’, a PJR quer ‘Ser um serviço às/aos jovens camponeses/as, buscando a construção do Bem Viver’”.

¹ Informação obtida por meio de entrevista com *pessoa entrevistada “A”*

Segundo este mesmo documento, sua missão é

1. Buscar a integração dos/as jovens camponeses nas CEBs, pastorais sociais, movimentos populares, junto aos jovens urbanos, firmando sua identidade;
2. Sustentar e alimentar as práticas e sonhos dos/as jovens camponeses com a mística ecológica, a espiritualidade da libertação, assumindo a missão de Jesus: “para que todas as pessoas tenham vida” (Jo 10,10);
3. Vivenciar os sonhos em experiências concretas de agricultura camponesa, junto à família e/ou grupo de jovens, garantindo uma fonte de renda para a sustentação;
4. Fortalecer a formação dos/as jovens camponeses, contextualizada no semiárido, permitindo-lhes assumir, com criticidade e criatividade, nos espaços onde estão inseridos/as, a construção do Bem Viver. (PJR Diocesana, 2019, p. 9).

A identidade da PJR é exemplificada a partir de 5 características principais, que vão desde sua religiosidade até a vivência da práxis da vida cotidiana:

- a) A Mística exige o entrelaçamento de três raízes (como se formasse a unidade de uma trança): a Camponesa ligada a Mãe Terra, a Cristã embasada em Jesus de Nazaré, martirizado e ressuscitado, e a Luta Popular com sua raiz que bebe na memória subversiva dos pobres e seu projeto popular. Precisamos nos alimentar da mística e dela alimentar a nossa práxis;
- b) A Luta contra todas as formas de injustiça, comprometidos por motivação cristã, em vista da transformação da realidade, rumo a um Projeto Popular, inclusive de Campo, que leve a uma sociedade para além do capital;
- c) O Campo ou roça, compreendido como um lugar de vida digna, de convivência ou sintonia com a natureza, onde procuramos desenvolver uma atividade concreta de trabalho, agroecológica, cooperada, ensaiando a mudança da matriz produtiva;
- d) O Estudo como necessidade de aprofundamento ou formação, a partir das demandas de teorização de nossa prática, o que inclui a formação política que nos prepara para atuarmos no mundo, bem como a profissional e universitária;
- e) O Companheirismo, por comermos do mesmo pão, fruto da natureza e do trabalho humano, e que exige uma relação de apoio e de cuidado com o outro, com a outra. (PJR NACIONAL, 2012, p. 12-13).

Ainda em sua organização, tem as cinco Linhas de Ação, que transpassam os aspectos eclesiais. São elas: Espiritualidade, Formação, Organização, Sustentabilidade no Campo, Esporte Cultura e Lazer. Isso faz com que o trabalho da PJR seja de uma forma integral no quesito de formação de identidade e cidadania. A linha de Sustentabilidade no Campo é a maior articuladora das formas de produção e trabalho da juventude, é por meio desse direcionamento que surgem movimentações associadas à produção de alimentos, produtos, agroindústrias, agroflorestas e demais formas de produção e, tudo isso, com base na agroecologia. Em 2019 essa linha tinha a denominação de “Agricultura” e foi mudada em 2019 na Assembleia Diocesana da PJR no município de Independência. A Pessoa entrevistada “B”, comenta que,

A gente tem a linha da sustentabilidade no campo que é o que move as nossas ações em torno da produção mesmo, das atividades agropecuárias que os jovens

desenvolvem nas comunidades junto a suas famílias. Atividades que os jovens desenvolvam para estar conseguindo uma renda. (ENTREVISTADA “A”).

As formas práticas dessas linhas de ação são, por exemplo, os Grupos de Produção e Resistência GPRs, surgiram em 1990. Desde os primórdios da movimentação da juventude camponesa no Brasil e nos demais países latino-americanos, mesmo que ligados a práticas religiosas, envolvendo os elementos da natureza (a mãe Terra), são incorporados em suas místicas, ligada a isso, a necessidade de sobreviver por meio de seu trabalho na roça alimentando o sistema de agricultura familiar. Os GPRs são um meio que viabiliza o/a jovem camponês/camponesa a continuar no campo. Os debates para a organização oficial dos Grupos de Produção e Resistência iniciaram em 1998 (PJR NACIONAL, 2012, p. 09).

A nossa linha temporal de ações propostas neste trabalho, 2000 à 2022, inicia agora. A discussão dos GPR e sobre um crédito específico para a juventude iniciam e ganham forças de forma sistemática no I Congresso Nacional da PJR. Esse crédito seria parecido com o que é ofertado para a agricultura familiar pelo governo.

Em maio de 2003 foi publicado um boletim informativo da PJR sobre os “jovens rurais e a luta pelo crédito” como uma forma de se manter na roça e cobrando do Estado a constituição de um “Fundo Nacional de Crédito para a Juventude Rural”, já que o governo federal propunha o “programa primeiro emprego” para os jovens urbanos. (Ibidem, p. 09).

A justificativa para esta reivindicação é válida, e remete para ideia de desenvolvimento do urbano e do rural. As cidades urbanas mantinham a muito tempo o seu lugar de centralidade econômica, social e política; o inchaço urbano permanente alimenta os setores produtivos e de comércio e, cada vez mais exige um nível de qualificação profissional, que era oferecido nestes centros de poder. O campo como local de um setor primário da economia, com uma política coronelista e paternalista teve por séculos a sua educação de jovens e de adultos negligenciada. Dependia-se do campesinato, mas em sua atrasada e sem acesso aos meios intelectuais, assim era mais fácil a manutenção das hierarquias.

Das finalidades dos GPRs:

a) Contribuir na permanência do jovem e da jovem no campo, desenvolvendo a produção, em vista da renda e da Soberania Alimentar; b) Resistir no campo como Agricultura Camponesa, com base agroecológica, fazendo frente ao Agronegócio; c) Ajudar a desenvolver, passo a passo e em cooperação, uma Economia Popular Solidária (EPS), dentro e em contradição com a economia capitalista. (PJR NACIONAL, 2012, p. 17).

Baseado nos princípios da agroecologia, os grupos de juventude do campo que queiram participar dessa iniciativa devem seguir regras básicas, como por exemplo, não se envolverem com crédito e os GPRs em produções do agronegócio, evitar utilizar agrotóxicos e não aderir a mercantilização de sua força de trabalho.

Desde 2001 são realizadas as assembleias diocesanas em Crateús motivadas e pautadas na juventude camponesa, mas só a partir de 2003, após a adoção da sigla em 2002, as assembleias passam a ser de responsabilidade da PJR. São momentos de articulação que acontecem anualmente em diferentes áreas diocesanas (municípios), esse momento também contribui para a religiosidade e preparação de ações futuras. (ANEXO, TABELA 1).

Figura 4 - XVII Assembleia Diocesana da PJR.²



Fonte: PJR Diocesana (2017).

² Assembleia da PJR de 2017, em Gavião – Quiterianópolis-CE.

Figura 5 - III ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DIOCESANA³.



Fonte: PJR Diocesana (2020).

A partir destas assembleias nacionais, regionais e grupos de base germinam as ideias organizacionais da PJR. O fundo rotativo solidário é um exemplo disso, sendo ele um mecanismo de apoio para a juventude camponesa no que cerne ao empréstimo de dinheiro.

³ Momento de avaliação da caminhada, durante Encontro da Articulação Diocesana da PJR, em 2020, na comunidade Besouro, em Quiterianópolis-CE.

Figura 6 - XXI ASSEMBLEIA DIOCESANA DA PJR⁴



Fonte: PJR Diocesana (2022).

No município de Independência, os grupos de base possuem o fundo rotativo solidário, que já existia por meio de algumas ações feitas pelos jovens para a arrecadação de dinheiro na área paroquial por meio de vendas, bingos etc. O fundo foi fortificado em 2020 e 2021 por meio da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (lei Aldir Blanc), que foi utilizada como forma de auxílio para o setor artístico e cultural no período pandêmico. A pessoa entrevistada “B” fala um pouco sobre como esse recurso é utilizado

⁴ Momento de mística durante a Assembleia Diocesana da PJR, realizada na EFA em 2022

A forma que a gente mais utilizou nesse período de pandemia e na transição saindo da pandemia foi quando os jovens começaram a ingressarem na universidade, e aí eles precisaram de dinheiro para poder estudar porque a família não tinha, e aí o grupo emprestava esse dinheiro, aí depois ele ‘há, vou vender minhas ovelhas, minhas cabras e assim eu devolvo o dinheiro para o grupo’. Teve um jovem também que construiu a sua casa, queria sair da casa dos pais para se libertar também de algumas opressões que ele vivencia, e aí só faltavam as portas para fechar a casa dele e o dinheiro do grupo foi emprestado para ele comprar as portas e colocar na casa e ele vendeu as vaquinhas que ele tinha para devolver esse dinheiro para o grupo.” (Pessoa entrevistada “A”).⁵

O senso de comunidade é uma das mais importantes instâncias da PJR, isso é visto não apenas no fundo rotativo solidário, mas também no processo de trabalho. Além dos empréstimos que vão desde tentar gerar renda a partir desse fundo, se manter em outra cidade e tentar ter autonomia, o recurso oriundo da Lei Aldir Blanc contribuiu para a fortificação do Sistema Agroflorestal – SAF no município de Independência (comunidade Várzea do Toco), localizado no terreno de um dos jovens participantes da PJR (figuras 7 e 8).

Figura 7 - Sistema Agroflorestal-SAF da PJR, município de Independência-CE.⁶



Fonte: Ana Sabrina (2022).

⁵ Informação obtida por meio de entrevista com *Pessoa Entrevistada “B”*

⁶ Trabalho dos jovens da PJR no SAF.

Os SAFs são sistemas que otimizam a terra de maneira natural, respeitando a presença da biodiversidade e se utilizando de técnicas que controlam ou evitam a degradação ambiental, além da tentativa de recuperação de solos degradados em processo de degradação, ou seja, o solo e seus nutrientes não são vistos como recursos infinitos e as áreas não são abandonadas por esgotamento de nutrientes. De acordo com a EMBRAPA (2023)

SAFs para recuperação ambiental são sistemas produtivos que podem se basear na sucessão ecológica, análogos aos ecossistemas naturais, em que árvores exóticas ou nativas são consorciadas com culturas agrícolas, trepadeiras, forrageiras, arbustivas, de acordo com um arranjo espacial e temporal pré estabelecido, com alta diversidade de espécies e interações entre elas. Em geral, nos SAFs são realizados plantios de sementes e/ou de mudas. Os recursos e o retorno da produção são gerados permanentemente e em diversos estratos. SAFs otimizam o uso da terra, conciliando a preservação ambiental com a produção de alimentos, conservando o solo e diminuindo a pressão pelo uso da terra para a produção agrícola. Podem ser utilizados para restaurar florestas e recuperar áreas degradadas. Atenção: 1) os SAFs são permitidos em ARL, APPs de pequenas propriedades ou posse rural familiar e em AUR com declividade entre 25° e 45° e áreas consolidadas; 2) o plantio de espécies exóticas com espécies nativas de ocorrência regional não pode ultrapassar 50% da área total a ser recuperada.

Não são utilizados agrotóxicos e sementes transgênicas, pois baseiem-se na agroecologia, utilizando assim, as sementes crioulas e insumos naturais. Ligada a linha de ação da Sustentabilidade no campo, o SAF traz a proposta de formação no manejo da terra e autonomia produtiva para a permanência do jovem camponês no campo. A implementação de fato desse sistema se deu por meio do acompanhamento da Cáritas Diocesana de Crateús aos jovens do Coletivo Arteando (grupo de base)

E aí a Cáritas com esse projeto para a juventude, nosso grupo recebeu através desse projeto uma tecnologia social, que era o fomento para implantar alguma atividade que pudesse gerar renda para o grupo, e aí nosso coletivo de jovens decidiu fazer a implantação de um Sistema Agroflorestal, que é um sistema de agricultura, não é comum e não é desenvolvido pelos agricultores aqui da nossa região, mas é um estilo de agricultura que nós enquanto jovens que tenham estado nesses outros meios de educação, lá na EFA a gente viu isso [...] a gente tem outros jovens no grupo que também fazem curso de agroecologia. E aí a gente tem acessado muito fortemente esse outro tipo de agricultura que é um sistema, um tipo de agricultura que envolve a agrofloresta, que tem a ver com a mistura de várias plantas; não só as hortaliças, como você falou mas, fruteiras, plantas que são nativas aqui da nossa comunidade, a gente quer também colocar dentro desse sistema a produção animal [...], a produção de plantas forrageiras, que servem para alimentar os animais que a gente cria. Então o Sistema Agroflorestal tem a ver com esse modelo de agricultura que se parece com uma floresta. (ENTREVISTADA “A”, 2022).

Segundo as entrevistadas, ainda não foi possível uma geração de renda por meio do SAF, tendo em vista que o processo de recuperação do solo está andamento, sendo assim, o fundo solidário, por exemplo, não é alimentado até o momento pelo SAF, mas pelas ações e os incentivos das leis para o coletivo Arteando.

Figura 8 - Sistema Agroflorestal-SAF da PJR, município de Independência-CE⁷



Fonte: Ana Sabrina (2022).

Dentro da linha de ação Espiritualidade, enquanto pastoral e filha das CEBs, a movimentação dos/das jovens dentro das comunidades da paróquia segue por meio desse agir da espiritualidade e seus símbolos cotidianos. São trabalhados os ritos festivos da Igreja, como as festas dos padroeiros, celebrações da Semana Santa, missas dominicais, novenários, encontros bíblicos, enfim, tudo o que norteia a vida eclesial. Um exemplo bastante forte neste sentido é a Romaria da Terra e das Águas, realizada pela CPT Ceará em conjunto com a Diocese de Crateús.

Na cultura camponesa, a festa do padroeiro ou da padroeira é sinônimo de agitação, gratidão, comunhão e mudanças no ritmo local em prol da organização da festa. De acordo com Moura (1986, p. 22)

⁷ Sistema Agroflorestal-SAF da PJR, município de Independência-CE.

Se uma data nacional, como a Independência ou a Proclamação da República, chega ao conhecimento do camponês, não lhe altera a substância simbólica do tempo, como ocorre num dia de festejos de um santo padroeiro. A festa deste é forte o suficiente para gerar a parada do trabalho, enfim, a alteração do cotidiano nas áreas rurais, mesmo que não esteja prevista no calendário nacional.

A comparação entre o feriado da Independência e a festa do padroeiro no quesito de importância, não foi colocado pela autora para dizer que o camponês é atrasado, que não tem conhecimento ou que não dá o devido valor para datas nacionais, mas sim para mostrar a diferença entre o festejo popular que trata os conhecimentos de um determinado povo como algo a se levar em muita consideração, e outro que exalta líderes e “heróis” nacionais não eleitos pelo povo. O poder da religião em um dado território é feito pelos seus detalhes até mesmo mais sutis que se inserem no modo vida dos sujeitos e aquilo que não implica identificação, não é posto necessariamente como prioridade.

A participação de jovens não católicos é uma realidade na PJR, pois, sendo não apenas eclesial, acolhe jovens evangélicos e de religiões de matrizes africanas, por exemplo (são pontuais essas participações, a maioria são jovens católicos). Essa liberdade de participação ocorre pelo fato de uma tentativa de aproximação com as juventudes como um todo, no sentido social e político, além disso, as linhas de ação ultrapassam o sentido eclesial, sendo isso chamativo para os que não são católicos.

A área de Crateús deve ser vista também como um espaço de disputa territorial da época antes de Raimundo Freire até a atualidade, e isso já inicia com as questões ideológicas já citadas em tópicos anteriores, que agora serão aprofundadas.

No município de Independência, área das comunidades de duas entrevistadas, chamada de comunidade do Iapi, está sendo registrado um conflito nascente com empresas de mineração ligadas aos próprios órgãos públicos, isso desde 2020. A área territorial deste município é dividida em pequenas propriedades de agricultores que possuem suas lavouras e criam animais de médio porte comumente (caprinos e ovinos), além disso, existem os típicos latifúndios, onde se concentram as melhores áreas de plantio, com isso, a prática do arrendamento da terra é comum na região. De acordo com as entrevistas, o assédio é corrente e os espaços das famílias chegam a ser invadidos em sua ausência

Agora eles estão andando de noite, de manhã cedo abordando mulheres às 06h30 da manhã no terreiro de casa para ficar fazendo perguntas estranhas, elas já vão ficando com medo dos carros que ficam passando na comunidade, eles estão tirando a logomarca do carro para a gente não saber mais qual é a empresa que está andando [...], eles pegam as assinaturas dos agricultores em documentos que eles não sabem o

que estão assinando; pedem para entrar nas propriedades e os agricultores como são acolhedores acham que eles não vão fazer nada e eles vão e marcam pontos de GPS ou mapear possíveis postos que podem ser explorados, e eles estão andando com drones nas comunidades, do nada a gente vê um drone sobrevoando a casa da gente sem saber o porquê que eles estão fazendo isso; marcando no terreiro das casas, quando as famílias não estão em casa 'X' de áreas que eles estão mapeando e as famílias não sabem porque eles estão fazendo isso. Então, para nós esse é um enfrentamento enquanto pastoral. (Pessoa entrevistada "B")⁸.

Na região deste município já existem registradas duas mineradoras que podemos usar como exemplo (podendo haver mais), a Mineração Santa Maria LTDA, que extrai minerais como fosfatos, enxofre natural, piratas de ferro e outros minerais que podem ser utilizados em fertilizantes e outros produtos químicos. A extração causa empobrecimento do solo e potencial contaminação dos recursos hídricos. A empresa Carbomil Sa Mineração e Indústria, localizada no bairro São Francisco, do mesmo município, trabalha principalmente com a extração do minério de ferro. As informações detalhadas sobre essas empresas já presentes e as que pretendem se instalar são de difícil acesso, sendo assim, o que se pode saber de fato sobre suas ações é a partir dos relatos dos moradores da comunidade.

No município de Quiterianópolis, que também é área de atuação da PJR, o quadro referente a mineração tomou rumos sérios a partir da abertura da Globest Participações Ltda, empresa de minério de ferro, que em 2019 teve suas atividades paradas pelas irregularidades judiciais e que interferiam na saúde e produção da população local. A má adequação dos rejeitos de ferro fez escorrer pela ação da chuva pelo Rio Poti, causando contaminação em boa parte de seu percurso e ramificações, alterando toda uma cadeia produtiva de pesca, por exemplo. Assim,

O Rio Poti tem sua nascente na Serra dos Cariris Novos, no município de Quiterianópolis, sua trajetória passa por Novo Oriente e vai até Crateús, de lá segue para Teresina, no Piauí e deságua no rio Parnaíba e oceano Atlântico. Em estudo realizado no início deste ano pela Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (Nutec) e pela Semace, revelaram contaminação por elementos químicos tanto no Rio Poti, em Quiterianópolis, como no açude Flor do Campo, em Novo Oriente. O relatório apresentado mostrou a presença de metais como: alumínio, antimônio, arsênio, cromo, fósforo, manganês e níquel. (BRASIL DE FATO, 2019).

Mesmo durante o período pandêmico iniciado em 2020 por conta da COVID-19, as atividades e os debates não foram suspensos como um todo. Por conta do acesso ao projeto já mencionado da Cáritas Diocesana de Crateús, houve o acesso da PJR a uma quantidade de cestas básicas que eram repassadas para os próprios membros e outras famílias da comunidade.

⁸ Informação obtida por meio de entrevista com *Pessoa Entrevistada "B"*

Outra ação muito marcante foi a criação da Escola de Formação Diocesana Raimundo Freire (figura 11), iniciada em 22 de março de 2021, que teve como objetivo abordar as temáticas ligadas a ação pastoral e o campesinato. A formação foi dividida em quatro módulos:

1. Módulo 1: Reflexões sobre o Campesinato, ministrado pelo Professor Dr. Amaro Gomes de Alencar;
2. Módulo 2: Identidade e Cultura Camponesa, ministrado pela Professora Lourdes Vicente;
3. Módulo 3: Espiritualidade, ministrado pelo Padre Geu, padre da diocese de Crateús;
4. Módulo 4: Metodologia do Trabalho Pastoral, ministrado pela Irmã Divani Siebra.

Os trabalhos pastorais, principalmente das pastorais sociais, assim como quaisquer outros trabalhos precisam ser ligados a um tipo de metodologia de ação muito bem delineada, além dos fundamentos teóricos e dos conceitos que fazem com que a teologia seja realmente utilizada de forma concreta. Por meio dos módulos apresentados vemos quatro vertentes que fazem uma ótima síntese sobre tudo que aqui foi discutido sobre a ação da PJR em Crateús do seu período de criação até o momento atual.

Figura 9 - XIX Assembleia Diocesana da Pastoral da Juventude Rural⁹



Fonte: PJR Diocesana, 2019.

⁹ Tema relacionado, por exemplo, a linha de sustentabilidade no campo, que consiste em uma das cinco linhas de ação da PJR

Figura 10 - XX Assembleia Diocesana da PJR¹¹



Fonte: PJR Diocesana, 2021.

Tudo isso possui um objetivo muito bem delimitado, a construção coletiva do Bem Viver. Segundo Padre Manoel Machado (2020, p.92)

O campo, de fato, esconde um projeto de vida para a humanidade que, em muitos lugares do mundo, vai sendo redescoberto. Isso pelos Povos camponeses, os ameríndios, os quilombolas. Para os Povos da nossa América ele tem nome: é o *Bem Viver*, que ficou séculos escondido, mas que uma nova conjuntura permite que ele seja retomado.

O Bem Viver é como a terra prometida que foi descrita para o profeta bíblico Moisés, com muita fartura e uma plena vida em comunidade, longe de opressões e escravidão do povo que Deus escolheu. Pode-se dizer que dentre tantos livros da bíblia ricos que nos mostram que “A bíblia é um livro camponês” (MACHADO, 2020, p. 90) está entre os mais bem situados no que se refere aos símbolos da luta camponesa, o livro de êxodo, versículo 8-10, capítulo 3

Desci para libertá-lo do poder dos egípcios e faze-lo subir dessa terra para uma terra fértil e espaçosa, terra onde correm leite e mel, o lugar dos cananeus, heteus, amorreus,

¹¹ Tema proposto com base nos desafios vividos pela família camponesa e juventude durante a pandemia da COVID-19 nas áreas territoriais da diocese.

ferezeus, heveus e jebuseus. O clamor dos filhos de Israel chegou até mim. Estou vendo a opressão com que os egípcios os primem. Por isso, vá! Eu estou enviando você ao faraó, para atirar do Egito o meu povo, os filhos de Israel. (BÍBLIA PASTORAL, Êxodo 3:8-10).

Essa busca da terra prometida é algo realmente laborioso, mas aos poucos, o projeto camponês se espalha na América Latina principalmente por meio de suas juventudes que, com o resgate da autoestima do ser do campo e para o campo viver, tornam a mudança na estrutura social cada vez mais visível. Essa mudança é um sonho já antigo, desde antes de Dom Frago ou Raimundo Freire. O acúmulo de coisas simples e grandiosas que são conseguidas pela luta dos movimentos sociais junto a igreja são a prova disso.

Será que o senhor Raimundo Freire iria imaginar que nos dias atuais teria em sua área diocesana uma escola como a EFA Dom Frago, com uma educação extremamente contextualizada para os filhos do camponês e da camponesa? No seu tempo, a escola era em sua casa, um espaço que ele havia cedido para isso, pois as políticas públicas eram quase inexistentes para seu povo.

O processo é demorado e é a custa de muitos mártires da terra, o entrevistado C é professor da EFA Dom Frago, e ao ser questionado pelos saberes docentes elencados pelo autor Maurice Tardif (2002), que dentre eles são: saberes profissionais, acadêmicos, experienciais, pessoais etc. Ao ser questionado com “Dentre esses saberes, quais você mais vê como importante para a sua prática docente na EFA?”. Os saberes experienciais foram colocados como mais importantes pelo seu histórico de 13 anos de militância na PJR. Ser militante de uma pastoral camponesa faz com que sua prática seja deveras contextualizada, parecida inclusive com as metodologias aqui expostas.

Podemos exemplificar aqui alguns dos saberes que Tardif nos mostra como parte do corpo “ser docente”. Os saberes profissionais se mostram realmente como os vinculados ao trabalho de exercício da docência, assim como outras áreas profissionais, é o saber-fazer. Os saberes acadêmicos são aos aprendidos na universidade, especializações etc, no caso do entrevistado, são os conhecimentos da Língua Portuguesa. Os saberes experiências são aqueles cujo sua personalidade é mostrada a toda, sua bagagem cultural e social, suas experiências vividas e participadas em outros espaços que pode lhes auxiliar no processo de exercício da docência. Tardif faz assim, uma analogia dos saberes docentes com ferramentas de um artesão “A associação existente entre todas as ferramentas e a relação do artesão com todas as suas

ferramentas não é teórica ou conceitual, mas pragmática: elas estão todas lá porque podem servir para alguma coisa ou ser solicitadas no processo de trabalho. (TARDIF, 2002, p. 65).

Nota-se que o compromisso da juventude que compreende essa base eclesial é para além dos espaços das reuniões, assembleias e eventos dentro de uma comunidade católica, mas justamente ao contrário. Por ser social, ultrapassa os limites do eclesial, suas estruturas físicas e ideológicas.

Figura 11- Post de divulgação da Escola de Formação Diocesana Raimundo Freire¹²



Fonte: Instagram da PJR Ceará, 2021

¹² Escola de Formação Raimundo Freire: banner informativo sobre a Escola de Formação Raimundo Mourão, criada durante a Pandemia da Covid-19 "Certificada como Curso de Extensão pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), a Escola de Formação foi organizada a partir de 4 módulos, sendo eles: Camponato (com o professor Amaro Alencar, UFC), Identidade Camponesa (com a professora Lourdes Vicente, IFCE), Espiritualidade Camponesa (com o Padre Geu) e Metodologia do trabalho de base da PJR (com a Irmã Siebra)." (PJR DIOCESANA, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos objetivos e das perguntas que norteiam este trabalho “Por que sempre a Igreja Católica está tão presente nos movimentos camponeses?” e “Como a Igreja Católica serve como instrumento de educação política para os camponeses?” Foram levantados alguns pontos importantes relacionados às práticas não apenas da Pastoral da Juventude Rural, mas também da instituição como um todo.

Essa indagação surgiu pela falta de vivência em setores contextualizados do âmbito eclesial da Igreja Católica Apostólica Romana, ou seja, setores urbanos onde as práticas são postas muitas vezes de modo alienante. A PJR e a Diocese de Crateús mostram que o místico do cristianismo e suas bases são feitas por muitas janelas. Essas janelas podem ser vistas como diferentes abordagens ou teologias. A Teologia da Libertação se manteve a todo tempo como palavra-chave para entender os processos apresentados, assim como a pedagogia freireana com a Educação Popular.

Muitos problemas relacionados a pesquisas e fontes foram encontrados no decorrer deste trabalho, principalmente sobre a própria pastoral e suas ações dos anos de 2000 até o momento, mas muitos foram resolvidos pela participação ativa dos jovens da PJR e de um dos padres por meio das entrevistas realizadas e outras conversas informais por meio de veículos digitais de comunicação. Mas nada disso fez com que a habilidade de Crateús em gerar cristãos conscientes de sua situação não fosse percebida e comprovada pelas atitudes da juventude.

Percebendo esse quadro, o interesse oriundo das primeiras aproximações da Igreja Católica com o leigo e sua evolução enquanto um real núcleo de movimentos sociais progressistas, mesmo que em menor quantidade em detrimento dos conservadores gerou uma mudança nos quadros teológicos estruturais com o Concílio Vaticano II, que originou vertentes que reverberam até o momento em movimentos e pastorais sociais que são núcleos de uma pedagogia e metodologia que busca a justiça social.

A permanência do jovem no campo por meio da valorização de seu território e cultura pode ser um fator de grande mudança no modelo de vida atual. Os núcleos da pastoral são pequenos até o momento, de 5 a 6 jovens por comunidade, mas já são possíveis sujeitos que provavelmente não façam parte do processo de inchaço urbano. E não apenas isso, foi visto com a proposta do Sistema Agroflorestal-SAF não apenas a ideia da produção para o lucro exclusivo, mas também a recuperação do solo e da vegetação; um processo também demorado,

tendo a agroecologia como base, mas que gerará frutos que irão fortalecer ainda mais o desejo de se dedicar ao campo e a produção de alimentos saudáveis.

Todos os resultados conseguidos perpassam pela educação popular que tão bem se encaixa no contexto camponês, pois é nítido que, antes da elaboração de sistemas produtivos, foi necessário realizar um trabalho de sobre as raízes do Povo Camponês buscando a autoestima perdida durante o processo de invasão do território brasileiro. A criação de um sistema dito do campo mas sem saber o que é o campo em si pode ser um empreendimento como qualquer outro, alheio ao seu espaço e território.

Assim como muitos outros instrumentos de libertação, a mesma religião que um dia acorrentou, agora serve de instrumento de revoluções populares. Dom Fragoso já dizia que: “Percebi que o Brasil é fruto espúrio entre a Fé e a Espada. Fizemos o esforço das CEBs, que tinham o objetivo de a partir da relação do povo local, povo pobre e sofrido que dali iríamos começar a formação do povo”. (FRAGOSO, 1998), essa fala é retirada do documentário/filme ¹³dirigido pelo cineasta Francis Gomes Vale, que entrevista Dom Fragoso e relata o seu período como bispo da diocese de Crateús (1964-1998).

Essa formação que aqui foi exposta pela dedicação de algumas figuras importantes como a de Raimundo Freire, sonhando numa nova categoria de campo, a terra prometida por Deus. Para consegui-la, precisou lutar. É isso que hoje a Pastoral da Juventude Rural em conjunto as CEBs e outras ramificações eclesiais sociais procuram, aqui que Padre Machado diz em seu livro (2020) “[...] buscando tesouro escondido no campo”. Esse tesouro pode se materializar até mesmo em coisas simples do cotidiano, as relações comunitárias, o fim das opressões, as festas do padroeiro, as plantações... Enfim, o tesouro é um mistério que só a família camponesa pode nos revelar, mas a cada dia mais ele se mostra em seu projeto de nação brasileira.

¹³ Disponível em no YouTube: https://www.youtube.com/live/JSdj_tnXJzA?si=GQ8v0QGo-PjZ2fFM

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA PASTORAL. **A sarça ardente**. 22. ed. Brasília: Paulus, 2013. 1527 p. Velho Testamento.
- BEOZZO, José Oscar. **Pacto das Catacumbas: por uma igreja servidora e pobre**. São Paulo: Paulinas, 2015. 69 p.
- BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do. **A Igreja e a Questão Agrária Brasileira no Início do Século XXI**. São Paulo: Paulinas, 2014. 128 p.
- BETTO, Frei. **O QUE É COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE?** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 120 p. (Coleção 19 primeiros passos).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2017. 95 p.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como Fazer Teologia da Libertação**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 165 p.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Lisboa: Multinova, 1976. 255 p.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. **A Igreja Católica e a Questão Agrária**. In: PAIVA, Vanilda Pereira (org.). **Igreja e Questão Agrária**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1983. Cap. 3. p. 68-109. (Seminários Especiais).
- CEARÁ. IPECE. Governo do Estado do Ceará. **Perfil Municipal 2017 Crateús**. Fortaleza: 2018. 18 p.
- COSTA, Antonio Gilvan Gomes. **AS REPERCUSSÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DOM FRAGOSO NO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE CAMPONESA DE JOVENS DA PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL**. 2020. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Crateús-CE, 2020.
- CHAVES, Luciano Gutemberg Bonfim. **Entre o Evangelho e a Revolução: ações educativas realizadas na cidade de Crateús-CE, no período de 1964 a 1971, sob a orientação de**

Dom Antonio Batista Fragoso. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Educação Brasileira, Faced, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008

DICIO, Dicionário de Língua Portuguesa -. **Teologia**. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/teologia/#:~:text=substantivo%20feminino%20%5BTeologia%5D%20Ci%C3%Aancia%20ou,que%20regem%20uma%20religi%C3%A3o%3B%20doutrina>

Acesso em: 10 mar. 2023.

EMBRAPA. Código Florestal: **Sistemas agroflorestais - SAFs**. 2023. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/sistemas-agroflorestais-safs>. Acesso em: 20 maio 2023.

FATO, Brasil de. **No sertão cearense, população mantém a luta contra os danos deixados por mineradora**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/20/no-sertao-cearense-populacao-mantem-a-luta-contr-os-danos-deixados-por-mineradora>. Acesso em: 20 maio 2023.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia, v. 14, n. 28, p. 139-152. mai./ago 2004. MARCONI, Marina de Andrade;

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2010. JORNAL OPOVO. **Pesquisa revela as crenças religiosas dos cearenses**. 2018. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/pesquisa-revela-as-crencas-religiosas-dos-cearenses-1.2022910>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MACHADO, Padre Manoel. **Buscando o Tesouro Escondido**. Fortaleza: Lcr, 2020. 212 p.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MENDES, Norma Musco; SILVA, Diogo Pereira da. **AS REPRESENTAÇÕES DO PODER IMPERIAL NA TETRARQUIA**. Revista Phoênix, Rio de Janeiro, v. 14, p. 306-328, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/33132>. Acesso em: 03 mar. 2023.

MENEZES NETO, Antônio Júlio. **A Igreja Católica e os Movimentos Sociais do Campo: a teologia da libertação e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. Caderno Crh, Salvador, v. 20, n. 50, p. 331-341, ago. 2007.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986. 75 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Território e Campesinato: da teoria à práxis**. Terra Plural, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 199-211, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1174>. Acesso em: 20 set. 2023.

PJR, Pastoral da Juventude Rural Brasil. **Breve história da PJR: 30 anos a serviço da juventude camponesa (1983-2013) 25 anos**

PJR, Secretaria Diocesana da. **XIX Assembleia Diocesana da Pastoral da Juventude Rural**. Crateús-Ce. 2019. 12 p.

ROSENDAHL, Zeny. **Geografia e Religião: uma proposta**. Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, v., n. , p. 45-74, 1995.

SILVA, Célia Nonata da. **"Os Pobres Herdarão a Terra": conflitos rurais e igreja católica no Brasil na segunda metade do século XX**. Revista Crítica Histórica, Maceió, v. 2, n. 1, p. 78-97, dez. 2010. Semestral.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisão ao conceito de campesinato no Brasil. Revista Nera, Presidente Prudente, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6006#:~:text=Presente%20em%20territ%C3%B3rio%20Brasileiro%20desde,espa%C3%A7os%20prec%C3%A1rios%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20agropecu%C3%A1ria>. Acesso em: 20 set. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2014. ed 01. Cortez editora.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002. 110 p. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2724102/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

1. ANEXO A - CRONOLOGIA DE ASSEMBLEIAS DA PJR CRATEÚS.

Edição	Ano	Território da Diocese
1º Assembleia Diocesana de Jovens Rurais	2001	Morro Agudo, Nova Russas-CE
2º Assembleia Diocesana de Jovens Rurais	2002	Jaburu, Independência-CE
3º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2003	Lustal, Tauá-CE
4º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2004	Fagundo, Parambu-CE
5º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2005	Monte Alegre, Tamboril-CE
6º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2006	Açude dos Barrosos, Crateús-CE
7º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2007	Tapera, Tauá-CE
8º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2008	EFA Dom Fragoso, Independência-CE
9º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2009	São Pedro, Quiterianópolis-CE
10º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2010	Balseiros, Ipueiras-CE
11º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2011	Jatobá dos Umbelinos, Crateús-CE
12º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2012	Gavião, Parambu-CE
13º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2013	Pintada, Independência-CE
14º Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2014	Angicos, Tauá-CE

15° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2015	Irapuá, Nova Russas-CE
16° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2016	Aroeiras, Tamboril-CE
17° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2017	Gavião, Quiterianópolis-CE
18° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2018	Lagoa dos Bois, Ararendá-CE
19° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2019	Santa Luzia, Independência-CE
20° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2021	Via Google Meet
21° Assembleia Diocesana da PJR Crateús	2022	EFA Dom Fragoso, comunidade de Santa Cruz, Independência-CE

Fonte: PJR Diocesana.